

Maria José Garcia Werebe  
*L'éducation sexuelle à l'école*  
 Presses Universitaires de France, 1976

Após exercer ampla influência sobre toda uma geração de educadores no Brasil, a Profa. M. José G. Werebe trabalha atualmente no laboratório de Psicologia da criança, da Ecole Pratique des Hautes Etudes em Paris, onde se tem dedicado à análise da educação sexual realizada nas escolas francesas. Como fruto desse trabalho, publicou esse valioso estudo, onde não só descreve em detalhe as principais tentativas já realizadas mas também discute com grande lucidez algumas questões fundamentais para a definição dos objetivos e da natureza da ação educativa no domínio da sexualidade.

O assunto é de grande atualidade não apenas para o público francês — onde só recentemente a educação sexual foi introduzida oficialmente nas escolas — mas também para nós, onde são pouquíssimas as tentativas realizadas. (Em 1970, o Comissão Nacional de Moral e Civismo, do MEC, assumiu posição contrária à introdução da educação sexual nas escolas, argumentando que «a inocência é a melhor defesa para a castidade» e «não se abre à força um botão de rosa e, sobretudo, com mãos sujas». Em 1974, o Conselho Federal de Educação incluiu a educação sexual no programa de saúde, que, no entanto, deve ser dado não como disciplina, mas de modo pragmático e contínuo, por meio de atividades no 1º e 2º graus). A carência de experiências é, evidentemente, acompanhada de igual pobreza no domínio da reflexão sobre o assunto, o que nos deixa inteiramente despreparados para a implantação da educação sexual quando — provavelmente em futuro não muito distante — não for mais possível evitar a abordagem de uma problemática que assume papel cada vez mais importante tanto para adultos como para crianças e adolescentes.

Assim é que as questões analisadas pela autora merecem atenção cuidadosa da parte dos educadores brasileiros. Isto porque nem toda educação sexual representa um sinal de progresso e de abertura social

e moral, sendo que, muitas vezes, seu objetivo não é mais que «canalizar» e «circunscrever» a curiosidade e o interesse das crianças e dos adolescentes em limites restritos e controláveis. Ou então, desvestindo a sexualidade de qualquer função de realização pessoal e identificando-a com a função biológica de reprodução, uma instrução sexual limitada visa a atingir algum fim específico como, por exemplo, a disseminação de informações sobre controle de natalidade.

Este problema nos leva a uma das questões centrais discutidas neste livro: deve-se separar a educação da informação sexual? Numa bem fundamentada análise, a autora argumenta que essa dissociação não é desejável e nem mesmo possível, uma vez que a própria escolha do tipo de informação a ser transmitida imprime determinada direção e essa informação e impede a sua neutralidade.

Assim, por exemplo, quando se tenta limitar o conteúdo da informação sexual aos aspectos fisiológicos e anatômicos da sexualidade, a omissão dos aspectos psicológicos constitui, de fato, uma mutilação que pode deformar a concepção que os alunos farão de sexualidade. A exclusão das noções de «desejo» e de «prazer» numa informação sobre relações sexuais pode remetê-las para o domínio do proibido e reforçar sua associação com culpabilidade.

De fato, ainda que a escola não ofereça informação sobre a sexualidade, ela está fazendo educação sexual. Seu silêncio, visando a manter os alunos ignorantes a esse respeito, é uma forma de educação pela omissão ou pela repressão pois, de certo modo, ao recusar-se a fornecer informações corretas sobre a sexualidade aos seus alunos, a escola está «lhes negando seus direitos a uma vida sexual». Que é, aliás, o tipo de educação que Rousseau propunha para o segundo período de desenvolvimento psíquico da criança, e que deveria «não somente frear a aquisição de conhecimentos, mas também retardar o desenvolvimento de sentimentos e paixões».

Um dos capítulos mais interessantes da obra é o que apresenta a evolução histórica da educação sexual. A partir do século XVIII ela tem sido defendida em momentos diferentes por razões diversas. Nos séculos XVIII e XIX deveria servir para combater a masturbação — luta influenciada por Rousseau,

Diderot e outros igualmente empenhados em evitar o prazer desligado da procriação. Desenvolveu-se, então, uma «educação anti-sexual» que visava a desenvolver nos alunos o medo e a aversão pela sexualidade. No fim do século XIX e começo do século XX, sob a inspiração de correntes ideológicas neomaltusianas e eugênicas, foi reivindicada para combater o perigo venéreo ou para lutar contra os abortos clandestinos. Posteriormente, quando o governo instaura a repressão contra todas as idéias e manifestações democráticas e liberais, estende-a naturalmente ao domínio da sexualidade. Tentativas isoladas de educação sexual só vieram a se multiplicar com a intensificação de numerosas instituições e associações após os acontecimentos de maio de 1968, culminando em 1973, quando o Ministério de Educação introduz oficialmente a educação sexual na escola.

A segunda parte do livro é toda dedicada à descrição das principais organizações que se dedicam à educação sexual. Entre estas, merece destaque, por ter uma congênere no Brasil, a Escola de Pais que, na França, criou um serviço especializado: o Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Educação e a Sexualidade, composto de um grupo de animadores (médicos, psicólogos, assistente sociais, etc.), que organizam ciclos de educação sexual no meio escolar.

A terceira parte apresenta os dados de um levantamento realizado junto aos professores de 68 estabelecimentos, referentes à origem das tentativas de educação sexual, o nível escolar da população atingida pelas intervenções, a constituição dos grupos de alunos, a frequência e duração das sessões, a modalidade de trabalho, os métodos pedagógicos, o conteúdo, a inserção do trabalho na instituição, o material utilizado e a participação dos pais.

É nessa parte que se sente falta de maiores detalhes. O conteúdo da educação ministrada é abordado de forma muito sucinta, permanecendo a dúvida

sobre duas questões para as quais o interesse do leitor foi despertado pelo próprio livro. Em primeiro lugar, seria interessante que a autora se detivesse na análise desse conteúdo para determinar a função social que as diversas tentativas de educação sexual têm desempenhado. Schérer, em *Emile Perverti*, argumenta que a educação sexual não faz mais que reforçar os pontos fracos da clausura na qual se pretende encerrar a juventude. «Proteger a criança contra a perversão possível, estabelecer uma distância intransponível e assexuada entre a criança e os que são encarregados de sua educação permanece a regra de ouro de um sistema que repousa sobre a exclusão da criança de todas as atividades — a começar pela atividade sexual — reservadas ao adulto. Imagem de uma civilização que, sob a capa de proteger a juventude visa essencialmente a infantizá-la, isolá-la, privá-la do direito ao prazer». A autora — a partir da cuidadosa análise que fez — ofereceria uma contribuição interessantíssima ao se dirigir diretamente à denúncia apresentada, analisando-a dentro das possibilidades concretas do momento histórico específico.

Outro ponto de grande atualidade que desejá-riamos esclarecido é o papel que a educação sexual está desempenhando na manutenção ou erradicação do tratamento discriminatório que se tem dado à mulher no plano sexual, ao considerá-la como objeto, como instrumento basicamente destinado a produzir prazer sexual ao outro sexo. Muito pouco se sabe sobre os novos problemas enfrentados por uma geração que rejeita os estereótipos sexuais e busca desenvolver novos valores e novas formas de relacionamento livres de opressão. É possível que nos grupos de discussão de educação sexual estejam sendo debatidas questões que nem sequer puderam ainda ser bem formuladas. Essa é uma área em que se está «fazendo o caminho ao andar...»

(Carmen Lúcia de Melo Barroso)